

As Nações Unidas parecem estar a perder a oportunidade inédita e histórica de ajudar a construir de raiz uma democracia em Timor-Leste. Os sinais de crise na jovem nação têm vindo a avolumar-se e não ajuda nada o facto da UNTAET insistir em tomar decisões que cabe aos timorenses tomar. Preocupante também é a situação de instabilidade política na Indonésia, que ameaça tornar tudo mais difícil para os timorenses. Duas análises e uma entrevista sobre uma crise que é necessário prevenir num país à beira da independência.

A Caminho da Independência

Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos*

Era fácil antever as inúmeras dificuldades que a complexidade e a originalidade do processo de transição política de Timor Leste iria levantar. Esperava-se que as Nações Unidas as encarassem como um desafio estimulante e a UNTAET se transformasse na afirmação viva, no terreno, de que a comunidade internacional é capaz de responder positivamente às solicitações crescentes de intervenção num planeta marcado pela erupção difusa de uma conflitualidade local extremamente agressiva, para restabelecer a paz e apoiar a construção de democracias estáveis. As expectativas eram muito ambiciosas, à altura da exemplaridade cívica da resistência de um povo que nenhuma intimidação fez desistir da liberdade. A UNTAET não soube ou não quis entender uma verdade elementar: que é o povo quem constrói a democracia, desde o primeiro instante! Com soberano desdém, falhou no indispensável envolvimento dos timorenses, logo no arranque do esforço de reconstrução. O avanço lento e sinuoso do processo, enfim, alimenta as condições objectivas para a emergência funesta de um nacionalismo agressivo e populista.

O referendo de 30 de Agosto de 1999 foi claro, preciso e definitivo: a eficácia intimidatória do aparelho político, administrativo e militar instalado no território pela Indonésia não dissuadiu a maioria esmagadora dos timorenses de rejeitar uma autonomia limitada sob a tutela do invasor, optando corajosamente pela independência.

É indispensável que as Nações Unidas evitem qualquer suspeita de intromissão quanto às opções constituintes que cabe aos timorenses tomar; sejam elas quais forem, desde que respeitem as regras correntemente aceites na comunidade internacional.

A uma fase de socorro humanitário de emergência, requerido pelas extensas destruições e a perseguição sanguinária dos timorenses consecutivas à publicação dos resultados da consulta popular; seguia-se uma nova etapa de estabilização, reconstrução e preparação para a independência. A UNTAET deparou,

então, com um país arrasado, saqueado com sistemática minúcia, populações deslocadas das suas áreas de residência pelo terror ou sob a ameaça das armas, dezenas de milhar de

refugiados para lá das suas fronteiras ou precariamente acolhidos em Díli, uma economia paralizada, um território sem sombra de serviços públicos nem vestígios da rede administrativa, policial e militar erguida ao longo de vinte e cinco anos pelo invasor.

O triunfo da desconfiança

Perante a deserção do ocupante ilegítimo e gozando da colaboração incondicional do governo português, pela primeira vez na sua história, a Organização das Nações Unidas assumia a soberania plena de um país. Jarat Chopra¹, classificava justamente o “Reino das Nações Unidas em Timor Leste” como o de “um monarca pré-constitucional”².

Completamente desligada da inestimável experiência da UNAMET, que a antecedeu, a nova Administração Transitória iria sacrificar aos seus próprios interesses organizacionais, à preservação do seu estatuto soberano, às suas conveniências de apetrechamento técnico e ao crescimento do seu aparato burocrático, o precioso capital de esperança que herdou. E prevaleceu a desconfiança.

a) Apesar de serem bem conhecidos e já visíveis no terreno os sérios riscos que advêm da ausência de um plano de reconversão, desmobilização e inserção dos efectivos da

* Professor de Direito Público, ex-Director dos Assuntos Constitucionais e Eleitorais da UNTAET

guerrilha, só ao fim de um ano de abandono e humilhações se admitiu a necessidade de aproveitar as FALINTIL para constituir o núcleo da futura força defensiva nacional, naturalmente, com critérios de selecção e treino adequado a um corpo regular numa democracia constitucional.

b) Receios e preconceitos nunca claramente assumidos menosprezaram a importância do papel de um interlocutor reconhecido e institucional – o CNRT – em benefício de contactos fulanizados cuja opacidade arrisca comprometer o prestígio dos dirigentes da resistência nos incidentes de uma governação alheia.

c) A possibilidade de emergência de um embrião de democracia local abortou à nascença com objecções irrisórias esgrimidas contra um programa do Banco Mundial que “ousava” financiar directamente as comunidades locais dispostas a recuperar infraestruturas por si identificadas como prioritárias – por exemplo: um caminho, uma ponte, um edifício – mediante a eleição de um homem e de uma mulher da aldeia que respondessem pelo projecto. Tudo, em nome de um planeamento e controlo rigidamente centralizado de cujas virtudes desesperam tantas e tão diversas humanas emergências disseminadas por todo o território. Logicamente, para a administração dos treze municípios foram nomeados funcionários internacionais, assistidos por um conselho consultivo local.

d) A UNTAET afadigou-se longo tempo na execução impossível de uma tríplice tarefa:

– Primeiro, governar, na comum acepção da palavra.

– Segundo, construir do nada um inteiro aparelho de estado, conforme às mais recentes lições da ciência política, com especialistas contratados nos cinco continentes por períodos de seis meses, frequentemente não renovados.

– Terceiro, preparar a transferência do poder para o povo, quando este se mostrasse devidamente instruído para governar este castelo de arcaia em construção, transpondo as mais recentes experiências realizadas no Kosovo, no Camboja, na Colômbia ou na Serra Leoa.

e) Enfrentando as limitações desta “utopia” pós-moderna, acorreu-se, de súbito para a urgência da “timorização” que, até Dezembro de 2000, realizou a façanha de, em regime de trabalho precário, “timorizar” os serviços de segurança das

instalações, motoristas e serviços de limpeza. Criou-se, também, o Conselho Nacional Consultivo. Depois, uma administração transitória mista (combinando em doses variáveis, timorenses e não-timorenses: a ETTA) dentro da administração transitória pré-existente (ou seja, a própria UNTAET). Por fim, já em Outubro, nasceu o Conselho Nacional, exclusivamente integrado por timorenses, que veio substituir o anterior Conselho Consultivo e se apresenta como um parlamento provisório.

f) Enquanto isto, a reconstrução avançava lenta e indecisa, crescia o sentimento de abandono numa população pouco informada e raramente ouvida, multiplicavam-se os confrontos violentos e os apelos patéticos de obscuros grupos radicais, especialmente perigosos numa cultura que nunca conheceu instituições democráticas representativas.

O horizonte da independência

Finalmente, um ano depois, uma estratégia de transição para a independência foi assumida. Com as eleições marcadas para 30 de Agosto de 2001, todo o processo ulterior ficará, naturalmente, na dependência do que a Assembleia Constituinte vier a aprovar.

Entretanto, o desencadeamento de um amplo debate público sobre as questões constitucionais e a promoção de uma ambiciosa campanha de educação cívica deverão articular-se num regime de complementaridade e estender-se a todo o território, sem prejuízo da instrução específica requerida para a participação nos actos eleitorais.

A regulamentação do registo dos partidos políticos e a lei eleitoral são instrumentos normativos de natureza constitucional. As opções neles consagradas não deverão por isso confinar-se à apreciação do Conselho Nacional mas integrar, também, o acervo de temas a lançar no debate público, por forma a garantir, simultaneamente, a mais ampla participação popular e o empenhamento dos dirigentes timorenses.



A UNTAET falhou no indispensável envolvimento dos timorenses na reconstrução.

Apenas em Outubro, chegaram de Nova Iorque os primeiros elementos do grupo de operações eleitorais, para fazer o recenseamento e preparar o acto eleitoral. Uma tarefa, apesar de tudo, compatível com o apertado calendário anunciado.

É indispensável que as Nações Unidas evitem qualquer suspeita de intromissão quanto às opções constituintes que cabe aos timorenses tomar; sejam elas quais forem, desde que respeitem as regras correntemente aceites na comunidade internacional: o Estado de Direito, a Democracia Pluralista, o respeito pelos Direitos Humanos. Contudo, em Timor Leste, as Nações Unidas não assumiram apenas a responsabilidade de fiscalizar o processo de transição e de certificar a realização de eleições "livres e jus-

tas". A UNTAET responderá também pela criação das condições capazes de promover a governabilidade do território após a independência e que sustentem, no longo prazo, esta jovem democracia emergente.

E termino, confiante no testemunho de Taur Matan Ruak: *Timor Leste Ba Dalan Ukun-Na* – Timor Leste vai a caminho da independência. ■

¹ Ex-director da Administração Distrital da UNTAET, demissionário a 6 de Março de 2000, foi anteriormente director do Programa de Relações Internacionais da Universidade de Brown, em Providence.

² *Survival*, vol. 42, n.º 3, Outono 2000, pp. 27/39.

Nova Crise no Horizonte

Ao contrário do que habitualmente se pensa, Timor está longe de ser uma nação coesa. A partida do inimigo indonésio, fez renascer as antigas divisões. E agora todos temem que as eleições façam explodir a tensão acumulada.

As eleições para os 88 lugares da Assembleia Constitucional de Timor Leste estão marcadas para 30 de Agosto, a mesma data em que, há apenas dois anos, os timorenses votaram esmagadoramente a favor da independência da Indonésia, numa consulta popular organizada pelas Nações Unidas. No entanto, há pouco entusiasmo pelas eleições entre a população, à medida que aumenta o receio de que o emergente sistema multipartidário possa eventualmente levar a uma repetição da violência que se seguiu à consulta de 1999.

A Autoridade Transitória da ONU para Timor Leste (UNTAET) deu como adquirido que as eleições democráticas decorrerão de forma pacífica, durante o período transitório que conduzirá à independência do território.

* Jornalista

Agora que a Indonésia, o inimigo comum, partiu, a população tende a regressar às suas identidades locais, em vez de tomar parte na emergência de uma consciência nacional necessária para a formação de um Estado-nação moderno.

David Silva*

No entanto, nos últimos meses houve sinais de que as opiniões estão a mudar. Começam a surgir receios de que uma ameaça poderia emergir dentro das próprias fronteiras de Timor Leste. Em Fevereiro, o chefe de operações da polícia civil da ONU, Gary Gent, alertou para o aumento dos distúrbios pré-eleitorais, em grande parte porque a maioria dos timorenses não compreende o conceito básico da democracia – o de permitir às pessoas terem ideias diferentes.

Uma campanha nacional de educação cívica sobre os princípios da democracia, organizada pela UNTAET, deveria ter começado em Setembro de 2000. O objectivo do programa era preparar a população timorense para as eleições para a Assembleia Constitucional. No entanto, a campanha tem sido continuamente adiada, nomeadamente devido às queixas das ONG's locais de que a UNTAET não as envolveu suficientemente na sua preparação. O que é surpreendente, no entanto, é que as ONG's de Timor Leste entreguem à ONU a condução de uma campanha de educação cívica.

Depois de 25 anos de oposição concertada dos guerrilheiros das FALINTIL e do movimento clandestino à ocupação indonésia, seria de esperar que os timorenses quisessem